

SUSTENTABILIDADE E SEU EMPREGO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

SUSTAINABILITY AND ITS EMPLOYMENT IN BANK FINANCIAL INSTITUTIONS

Daniel de Sousa Soares¹

Lucas de Souza Cardoso²

Lydston da Silva Modesto³

Vinicius Alves Teixeira⁴

RESUMO

A principal finalidade desta obra é analisar a sustentabilidade aplicada e desenvolvida por instituições financeiras bancárias, buscando novos conhecimentos para que tais instituições possam servir como modelo para proporcionar o bem estar da sociedade. Tendo a visão dos conceitos sustentáveis, faz com que estas instituições prestem serviços que proporcionam aos seus clientes e a sociedade uma satisfação, que trará reconhecimento por parte das mesmas. A sustentabilidade aplicada no setor financeiro vem a intervir de alguma forma nos cenários que ocupam a sociedade como - a educação, o meio ambiente, o desenvolvimento humano e político. A sustentabilidade busca novos caminhos – aqui representados pelas instituições financeiras bancárias – independente do meio em que ela se insere; o seu principal valor é buscar conseqüências favoráveis ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. Por fim, a sustentabilidade decorre de uma cadeia de características necessárias ao fomento dos agentes atuais e em contemplação do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Econômico; Crescimento Econômico; Sustentável; Ambiental; Educação; Política; Tecnologia.

ABSTRACT

The main purpose of this work is to analyze the sustainability developed and applied by banking institutions, seeking new knowledge so that such institutions can serve as a model to provide the welfare of society. Having the vision of sustainable concepts, means these institutions are providing services to its customers and society satisfaction, which will bring recognition from them. Sustainability applied in the financial sector has to intervene in some form in scenarios that occupy the society – education, environment, human development and political. Sustainability seeks new ways – here

¹ Bacharel em Administração pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Atua como administrador de agronegócio na região.

² Especialista em Gestão de Pessoas e Gerenciamento Empresarial, Bacharel em Administração e Bacharelado em Engenharia de Produção pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Professor e Consultor Financeiro do Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5961905455213937>.

³ Pós-graduando em Marketing pela Faculdade Cidade de Patos de Minas e Bacharel em Administração pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo. É colaborador do Grupo Santander.

⁴ Pós-graduando em Marketing pela Faculdade Cidade de Patos de Minas e Bacharel em Administração pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo. É colaborador do Banco Itaú S.A.

represented by the banking institutions – regardless of the medium in which it falls, its main value is to seek favorable consequences to social, economic and environmental. Finally, sustainability stems from a string of features necessary for promotion of officers in contemplation of the present and future.

KEYWORDS: Economic Development; Economic Growth; Sustainable; Environmental; Education; Politics; Technology.

1 – INTRODUÇÃO

A Sustentabilidade pode ser definida como um princípio que regula e promove a continuidade e a transmissibilidade da vida entre as coisas interdependentes. Contudo, esta modalidade conceitual, que se assemelha a um valor moral, ético e cultural, depende da intenção de pelo menos uma de suas partes envolvidas.

Assim, a sustentabilidade contém e é contida da intenção à perpetuidade das coisas que fomentam a vida. É uma modalidade da prática perpétua da manutenção dos fatores de contribuição (recursos) ao fomento dos anseios das coisas vivas, e tão logo, o atendimento de suas necessidades.

Dado que num sistema social a disposição coletiva dos homens faz aparecer uma larga escala de necessidades a serem acolhidas, um procedimento econômico de administração de recursos é o exercício indispensável à preservação dos mesmos enquanto agentes de transmissão genética e conservação das espécies. Não basta preservar a espécie que necessita alimentar-se, mas também é igualmente imprescindível preservar a espécie que se faz alimento. Para preservar o demandante de recursos é mandatório preservar os recursos. Isto é a prática da provisão, do suprimento, e melhor, da sustentabilidade daquele que é provido. Gerenciar o abastecimento é gerenciar o abastecido.

Entretanto, a orientação à conduta da preservação, da provisão, nem sempre é a mais predominante. Alguns recursos, em outros momentos abundantes, agora se mostram escassos. Enquanto que o principal demandante destes recursos – o homem – caminha para a irreversibilidade da extinção. Alguns homens ficam tão ocupados com os seus próprios interesses que desdenham as necessidades mais elementares das coisas que contribuem com a sua sobrevivência. E com certeza, a necessidade mais elementar de qualquer coisa é a durabilidade.

Mas aqueles sujeitos que investem todos os seus esforços em seus interesses mais privativos sempre sacrificam os interesses alheios. Assim como exaustivamente consomem o que provém da natureza, abandonam-na à mercê do esgotamento. O cientista social Karl Marx (1994) realiza uma consideração similar aplicada ao empregador em relação ao empregado: “[...] o capitalista torna-se mais rico [...] na mesma medida em que consegue extrair a força de trabalho dos outros, e então impõe ao trabalhador abstinência de todas as coisas boas da vida”.

A abstinência, de toda natureza, que é imposta ao que provêm as coisas que fomentam equivale a seu destino à extinção. Assim como o empregador que impõe a abstinência ao empregado está destinado a perdê-lo.

A sustentabilidade é uma prática que depende de pelos menos uma das partes, de dada transação, se interessar pela continuidade da relação de transferência. Esta intenção parcial é dada àquela parte que pode conscientizar-se da analogia da continuidade afetiva entre os recursos e os abastecidos. É sensato considerar que cabe mais ao abastecido esta consciência do que ao seu expediente.

Mais do que refletir sobre as possíveis práticas da sustentabilidade é reservado viabilizar a intenção à continuidade e à transmissibilidade das partes comunicantes e interdependentes na natureza; para que estas práticas da sustentabilidade também sejam sustentáveis no tempo e no espaço – sejam duráveis e promissoras. A sustentabilidade pela sustentabilidade.

2 – DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE: A SUSTENTABILIDADE QUE SE FAZ POR ELA MESMA

A Sustentabilidade é uma filosofia ou até mesmo cultura inerente a atividades humanas em que os meios de vida e de obtenção de recursos são desenvolvidos, trabalhados e aplicados de modo a preverem a sua duração no tempo, isto é hoje e no futuro. É prever o máximo de utilidade que um recurso propicia a quem o necessita. Tanto melhor pode ser a ‘sustentabilidade’ quando mais avidamente é exercida por suas próprias justificativas.

O princípio da utilidade baseia-se no uso de recursos e insumos que atendam as necessidades gerais de uma comunidade; prevendo que todos os componentes dessa comunidade tenham as suas necessidades fomentadas. Assim, segundo John Stuart Mill (1996), “as ações são corretas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a promover o reverso da felicidade”.

Salienta-se que para o autor citado, John Stuart Mill, o conceito de felicidade ou ausência dela é limitado ao que se entendia como sendo prazer e/ou ausência de dor. Uma vez que, este conceito estando obsoleto, não se deveria compreender a realidade e percepção da vida, por parte das pessoas contemporâneas. No entanto, é também perceptível que para estas pessoas, assim como o era para aquelas de tempos anteriores, o prazer e a ausência de dor são as coisas desejáveis como fins para suas vidas.

Dever-se-ia pensar em sustentabilidade, não só pela esguelha definida nas campanhas de publicidades das corporações, ou do meio corporativo institucional de grandes empresas e multinacionais, em que o objetivo de vender uma imagem positiva ao público alvo, acaba por fundamentar a ação que promove a dita sustentabilidade. Isto é, a sustentabilidade não pode ser encarada como um meio de seduzir as massas ou de instituir uma identidade social; antes de tudo, ela deve ser uma finalidade ou uma meta a sempre ser defendida nos setores onde o homem atua – e não ser sufocada por ele.

Desta forma vê-se que sustentabilidade, antes de tudo, deve ser entendida e aplicada como uma modalidade de existência, quando para existência busca-se a perpetuidade. A perpetuidade é a duração no tempo de um complexo vital, conservando-se o máximo de suas propriedades intrínsecas.

Por fim, uma determinada geração social – ou segmento do complexo social – contemporânea, é antecedida por outra que trás em seus germes, o berço da cultura; e para aquela que a sucede trás a perpetuação da espécie. A sustentabilidade é uma linha que corre entre esses três pontos: passado, presente e futuro.

Quando se vislumbra o presente, percebe-se nele os traços, os marcos e os costumes implícitos no tempo, oriundos de uma geração anterior – do passado. Mas ao mesmo tempo pode-se visualizar uma tendência para o futuro. Por exemplo, durante a ascensão industrial dos Estados Unidos da América, após a segunda grande guerra, as famílias embaladas pelo ritmo ascendente da economia, modificaram completamente seus costumes diários. As famílias passaram a viver mais fora de casa, no meio profissional e intelectual, e deixaram as suas proles nos lares domésticos em realidade totalmente alheias.

Uma vez que pais e filhos vivem em ambientes extremamente opostos, e não se comunicam comportamentalmente, moralmente e afetivamente, ambos tendem a viver em dimensões antagonicamente existenciais. Esta inadequação ou divergência comportamental foi marcante durante o período de transição dos Estados Unidos citado anteriormente, e eventualmente suas conseqüências marcaram tendências desastrosas para o futuro daquela nova geração.

Foi como um raio que caiu sobre nós: em 1986 os primeiros bebês da geração 'Baby Boom' fizeram 40 anos [...] Geração oriunda do fim da segunda grande guerra. [...] nesta época, o jornal *USA Today* disse que 20 de julho seria o dia em que o número de pessoas entre 35 e 59 anos começaria a passar do número de pessoas entre 18 e 34 anos [...] estamos vendo o aumento do número de noivas com mais de 30 anos [...] de forma ainda mais impressionante um aumento no número de mulheres mães pela primeira vez com mais de 40 anos [...] Essa recusa de se ligar a limitações de idade tradicionais é a tendência que chamamos de volta ao passado: redefinir, para menos, o comportamento adequado a sua idade. (POPCORN 1999, p. 51-52)

Se a sustentabilidade é uma modalidade que embasa uma vivência com qualidade e durabilidade; a ação, o comportamento e a produção são causas da vivência. Para tanto, a ação – que também pode ser entendida como o trabalho – tem de ser prescrita para que propicie qualidade e durabilidade para quem a realiza. Então o trabalho passa a ser mais do que um agente da produção, mas também um agente que faz a manutenção da sustentabilidade. John Stuart Mill (1996) define que “o trabalho é indispensável para a produção, mas nem sempre tem por efeito a produção. Há muitos trabalhos, e de um alto grau de utilidade, que não têm por objetivo a produção”. Neste caso, o trabalho também contribui como justificativa para a permanência do homem na sociedade.

Do caso em que a produção da terra e do trabalho pertence indivisamente ao trabalhador, passamos aos casos em que ela é dividida entre as duas classes, os trabalhadores e os proprietários da terra [...] Quando as duas partes que partilham da produção consistem no trabalhador ou trabalhadores e no dono da terra, [...], no caso, qual dos dois fornece capital, ou se, como por vez acontece, o fornecem em uma determinada proporção entre eles. (MILL 1996, p. 355)

Quando se pensa que o uso, ou melhor, a mobilização da sustentabilidade exercita a aplicação ideal e reciclável de recursos; ora, escassos no ambiente ou na natureza, é inevitável a própria compensação por parte desses recursos para quem o usa, em forma de abundância. Portanto, todos os recursos que se usufrui e se consome, de maneira correta, os mesmos se disponibilizarão de forma duradoura, a todos que venham posteriormente gozar do dito recurso. Segundo John Stuart Mill (1996):

Se examinarmos qualquer outro caso daquilo que se denomina ação do homem sobre a natureza, veremos, da mesma forma, que as forças da natureza, ou em outras palavras, as propriedades da matéria, fazem todo o trabalho, assim como os objetos são colocados na posição correta. Essa operação, de colocar as coisas em lugares apropriados para que sobre elas ajam as suas próprias forças internas e as forças que residem em outros objetos naturais, eis tudo que o homem faz ou pode fazer com a matéria.

Contudo a natureza faz mais que fornecer materiais; ela oferece também energia, organização e cooperação em contrapartida à sustentabilidade.

Em muitos setores da atividade humana o conceito de sustentabilidade é definido como sendo um agrupamento de práticas humanas com o objetivo de diminuir os impactos ambientais gerados pela extração, composição e consumo de recursos. Para tanto, deve-se estender tal conceito para atividades que estão além do consumo de recursos naturais. E isso, envolve segmentar o conceito de sustentabilidade também para as atividades empresariais, culturais, religiosas, associativas e governamentais. Quando se adota esta última abordagem a definição de recursos amplia-se para além de recursos materiais, mas também, humanos, informacionais, patrimoniais e culturais.

A proposta desde então para sustentabilidade é ela a partir de um desenvolvimento estrutural, uma vez que, todos os tipos de recursos elencados compreendem uma cadeia complexa de atividade humana; mais do que uma cadeia industrial no meio ambiente. Quando se fala em estrutura a intenção é destacar as

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número III Jan-jun 2011	Trabalho 08 Páginas 123-172
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

atividades humanas em todas as suas esferas – esfera comportamental, motivacional, relações humanas e sistemas políticos e legais.

O termo sustentável foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão *Brundtland*. Essa Comissão produziu um relatório de grande repercussão internacional, tendo sido usado inclusive para Agenda 21 – aquele documento aprovado por mais de 180 países na Eco-92, no Rio de Janeiro. Esse relatório da Comissão *Brundtland* diz que desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (IBGE 2004)

Antes de definir o alcance do desenvolvimento sustentável é importante delimitar o desenvolvimento econômico que deveria fundamentar a sustentabilidade; por fim, a sustentabilidade só é genuína num meio em que este está sendo fomentado estruturalmente. Ao contrário do crescimento econômico, que envolve especificamente a projeção das receitas e do resultado econômico de uma macroeconomia, o desenvolvimento econômico se estabelece somente quando há crescimento econômico sustentável a médio e longo prazo, para toda aquela economia.

Para Paul Wonnacott *et al* (1994), “Economia é o estudo de como as pessoas ganham a vida, adquirem alimentos, casa, roupa e outros bens, sejam eles necessários ou de luxo.” Assim sendo, a economia é uma parte das ciências sociais que trata do desenvolvimento e crescimento sustentável de uma sociedade, mais ainda quando estes são promovidos desde as suas bases estruturais. Assim diz Paul Wonnacott *et al* (1994):

O objetivo final da economia é formular políticas para resolver nossos problemas. Mas, antes de podermos formular políticas, temos de despender todas as forças para entender como as economias funcionaram no passado e como funcionam hoje. Senão, as políticas bem intencionadas podem errar o alvo e acarretar resultados imprevistos e infelizes.

Desenvolvimento econômico é o processo de crescimento econômico sustentável de uma economia, sociedade e Estado. Obtém-se desenvolvimento econômico quando se investe esforços científicos, financeiros e humanos em infraestrutura e saneamento social. E ainda, uma sociedade bem fomentada de instrução, conhecimento e capacidade humana desdobra-se em inovação e

empreendedorismo humano (manutenção do futuro, da sobrevivência da espécie). Para tanto os órgãos de gestão, as empresas privadas e o estado por excelência são artifícios que projetam a sociedade para uma modalidade vitalícia, baseada em preceitos morais, culturais, sociais e intelectuais. Tal aspecto humano contraria aquela noção de que o homem solto em suas próprias providências tende a ser desmazelado.

Pode se dizer que o homem é necessariamente imprevidente e despreocupado com o futuro porque, nesse estado, o futuro nada apresenta que possa ser previsto ou administrado com certeza. [...] além de uma falta de motivações que levariam a prover às necessidades do futuro mediante os recursos do presente [...] (MILL 1996, p. 223)

O que se quer justificar pela citação é que o homem tem de ser levado à percepção de que a sustentabilidade é uma modalidade social que propicia a ele desenvolver um comportamento apreciável, porque o homem é parte do meio e é influenciado por ele. O homem que tem as suas propriedades bem enraizadas nos preceitos morais, intelectuais e culturais da sociedade é passível de estar mais seguro nela. “Quanto maior for a segurança tanto maior será a força eficaz do desejo de acumular”. (MILL 1996, p. 222)

“O desenvolvimento econômico e social resulta da administração.” Esta afirmação de Peter Ferdinand Drucker (1986) faz pensar que o baixo nível de desenvolvimento econômico de algumas nações é dado por estas serem mal administradas. E que o exercício da administração é o que define o desenvolvimento econômico. A pertinente afirmação do referido autor, concilia a idéia de uso e manutenção de recursos necessários – administrar – de forma educada, sensata e bem lograda.

Logo mais, complementa aquele autor:

Toda a nossa experiência em desenvolvimento econômico prova que a administração é o principal propulsor e que o desenvolvimento é uma consequência. Sempre que fornecemos apenas os fatores econômicos da produção, especialmente o capital, não conseguimos desenvolvimento. Nos poucos casos em que pudemos gerar energias administrativas [...], conseguimos produzir desenvolvimento rápido, que é mais questão de energia humana do que de riqueza econômica. E a geração e direção de energia humana é a tarefa que cabe à administração. (DRUCKER 1986, p. 20)

A administração está implícita à ação humana, ou comportamento. E quando se realiza uma investigação científica no campo da economia, procura-se testar pela evidência a estabilidade do comportamento humano. O comportamento humano pode apresentar um caráter estável quando o indivíduo se aloca ou se insere numa comunidade que tem em seus hábitos a propensão ao comportamento de coletividade e fomento do todo, ou subsídio das necessidades gerais.

Destarte, pode se perceber que ao mesmo tempo em que o homem produz e repara os recursos que subsidiam sua vida, ele também se adapta às características destes recursos. Um exemplo notável são instrumentos de comunicação e tecnologia disponíveis no Século XXI que interferem na forma de vida, na disposição e no comportamento da sociedade – jovens submetidos a demasiadas horas em uso de computadores, projetores, jogos virtuais e eletrônicos desenvolvendo condutas influenciadas por estes acessórios.

Com a elaboração dos centros urbanos com núcleos culturais e científicos próprios a sociedade pôde perceber e desenvolver leis econômicas baseadas em concepções tanto mecanicistas quanto organicistas, mas ainda sim inerentes e restritas à atividade humana. As concepções mecanicistas da sociedade previam um estado de coisas ferramentais para o uso técnico na manutenção na vida humana e usufruto de recursos – a título de exemplo, tem-se o desenvolvimento militar dos centros urbanos, bem como o tecnológico.

Enquanto a concepção organicista consistiria nas funções e na circulação das pessoas dentro da própria comunidade; baseando-se na autonomia da inter-relação humana. Mas pelas duas obliquidades cabe ressaltar o quanto a sociedade é influenciada pelos bens que ela mesma produz. Vale informar que a sustentabilidade é o gozo destes bens de forma harmônica para quem os produziu – geralmente a natureza ou o meio ambiente – se a comunidade é influenciada pelos bens e a sustentabilidade prevê o uso correto dos bens o comportamento humano é o fator que rege a determinação de que bens são esses e sua durabilidade, e por conseqüência a durabilidade da própria sociedade.

Os esforços investidos em sustentabilidade têm a capacidade de legitimar a atividade humana na natureza destacando-a de outras formas de vida. O homem

também se destaca da forma como se organiza, um exemplo disso é o fenômeno artificial do poder – o Estado. Mas ressalta-se que o Estado é uma ferramenta da sociedade e depende de sua vontade. É dada a sociedade a capacidade de trabalhar continuamente na sua estrutura política. “Se o Estado é um fenômeno artificial, ele não pode ser construído de uma vez por todas. Pelo contrário, ele é uma criação contínua que exige por parte dos indivíduos um esforço constante para que seus mecanismos e suas atividades assumam o verdadeiro significado [...]” afirma Feder (1997).

O desenvolvimento econômico também pode ser visto como o aumento contínuo dos produtos nacionais, ou então, como um crescimento econômico na produção. No caso da sociedade brasileira, há uma diversidade de renda per capita, que é muito variável entre as classes. E é obstatante o seu impacto no nível da produção nacional. Daí, o Banco Central do Brasil – para equilibrar a situação – atua como agente supressor das necessidades daquelas regiões de baixa renda – ou classes menos favorecidas – extraindo recursos financeiros de regiões mais desenvolvidas economicamente e os redistribuindo. A redistribuição contribui com diferentes pessoas de uma mesma sociedade. E para cada fatia dela o desenvolvimento e o crescimento são medidos por índices que representam as suas realidades específicas.

Para Kindleberger e Henrick, o desenvolvimento econômico é “um aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, isto é, mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores na produção”. Para que haja “desenvolvimento” é necessário que haja crescimento. (GREMAUD 1998, p. 514)

Por fim, desenvolvimento sustentável é praticado dando suporte às gerações – atuantes ou vindouras; de forma a executar os recursos disponíveis na sociedade de maneira conservadora e responsável, assim passando-os entre tais gerações. A partir de então, um vínculo é estabelecido para a sociedade, no espaço e no tempo, quando essa é consumidora de recursos naturais e artificiais. Para estes recursos é ressaltado o seu alcance global onde se determina as dimensões ambientais, sociais e econômicas, que formam uma tripartição dimensional da sociedade ou de uma nação.

Algumas sociedades não se desenvolveram de maneira a alcançar um crescimento sustentável devido a fatores que geravam estagnação, declínio e fracasso, tais como: saqueio colonial, peso acumulado do tradicionalismo, a formação de uma elite hostil, devido aos lucros obtidos através da exploração e outros.

3 – FATORES DE SUSTENTABILIDADE

De forma geral, quanto aos aspectos sociais são considerados como fatores de sustentabilidade a educação, as políticas públicas, a cultura local e até mesmo conceitos mais abstratos como a ética, ou aquilo que a comunidade entende como sendo ética. Não em raras às vezes, a educação é citada como pilar da transformação de um país. É certo que os países que priorizam e valorizam a educação constroem uma ascensão profissional mercadológica que garante a manutenção econômica e social destes através do tempo. Aqueles países com melhores níveis de qualidade na educação apresentam economias mais estáveis – o risco país é menor nestes países do que naqueles em desenvolvimento.

O risco país é um índice econômico que determina a viabilidade de investimento interno e externo em sua economia, ou seja, é quando os investidores têm uma maior probabilidade de rendimento e sucesso nos seus negócios investindo nessas economias e não naquelas com maior risco. O risco país também determina os níveis das taxas de remuneração do capital praticadas num país e é proporcional ao seu risco. No caso do Brasil, o risco país é calculado por agências de classificação e bancos de investimentos, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Brasil é usualmente citado como um país de má distribuição de renda agravador da pobreza e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano e Educação – em 2010 o Brasil ocupou o 85º (octogésimo quinto) lugar na classificação de desenvolvimento mundial feito pela Organização das Nações Unidas. Deste modo, entende-se que a educação torna-se um fator que pode tanto alavancar o desenvolvimento de uma sociedade como subtraí-lo dela.

E por meio da educação as gerações sucessivas, daquela sociedade, são preparadas para lidar com a tecnologia, a desigualdade, a cultura e os princípios organizacionais participantes de sua esfera econômica. Ao contrário, nos países que não valorizam a educação a sociedade tende a ser *preguiçosa* onde a maioria dedica-se a uma “pretensa mudança de vida” sem dedicação e esforço; como se a ascensão social viesse por um prêmio lotérico artístico e/ou esportivo. Agora, **o quanto** um país se dedica em atenção à educação é um fator ponderadamente cultural e intrínseco a ele.

A tripartição da sustentabilidade apresenta a forma mais consensual de se pensar em sustentabilidade. Envolve os três elementos básicos de uma organização social civilizada – o **meio ambiente**, o **homem** e as **atividades econômicas**. O meio ambiente é o universo ou espaço que hospedou a humanidade em sua evolução. O homem é o agente hospedado pelo meio ambiente e o seu principal modificador.

E as atividades econômicas representam todas as ações do homem no meio ambiente, em busca de recursos, limitados, para as suas necessidades ilimitadas. Contudo, neste trabalho, as obliquidades desta tríplice serão abordadas de forma mais complexa. Para abordá-las mais profundamente outras dinâmicas serão inseridas, e assim, penetrar o seu significado de forma a situá-lo no espaço de interação humana. Então serão abordados:

- O desenvolvimento da educação;
- O desenvolvimento ambiental;
- O desenvolvimento tecnológico;
- O desenvolvimento político; e
- O desenvolvimento humano.

Estes fatores compreendem a tríplice da sustentabilidade, mas abordá-los separadamente possibilitará uma compreensão mais efetiva de sustentabilidade.

3.1 – Desenvolvimento da Educação: Fator de Sustentabilidade por Excelência

“Manobrar um exército é vantajoso; manobrar uma multidão indisciplinada, perigoso demais.” (TZU 2004, p. 45). O autor chinês Sun Tzu (544-496 A.C.), no trecho acima, refere-se à disciplina como um estado desejável de disposição social, e que facilita a condução das atividades diretivas do todo. Numa concepção mais atual do termo disciplina, o que mais se assemelha à realidade do Brasil é a expressão educação. Salienta-se que termos como honra, disciplina e honorabilidade têm um apreço um tanto diferente entre os povos orientais e ocidentais.

A educação é a melhor forma para o homem compreender o seu papel no mundo, enquanto ser social. E é pela educação que se concepção o homem. A concepção da natureza humana está na base das mais antigas teorias pedagógicas.

Entre as principais linhas do pensamento, podem ser elencadas:

- I. Concepção metafísica: é uma abordagem realizada pela educação quanto ao indivíduo centrado em seu interior; daí a educação deve ser orientada para as características humanísticas do indivíduo.
- II. Concepção naturalista: é o estudo do homem pela educação em relação à natureza, e na formulação das leis que normatizam o homem no seu meio.
- III. Concepção histórico-social: baseia-se numa abordagem feita pela educação a respeito do homem dentro do seu contexto social, sobre uma reflexão empirista, isto é, é uma análise da primazia do sentido sobre a razão.

A partir deste raso esboço a educação oferece uma ferramenta de autoconhecimento para o homem, que visa explicar o tornar-se homem. A educação evolui da mesma forma como evoluem as estruturas econômicas – surgimento de novas classes sociais, de novas repartições da sociedade e novos sistemas hierárquicos – e por isso também muda nas relações entre os homens.

Uma das principais contribuições do desenvolvimento da educação nas últimas décadas foi o de alertar os homens sobre o que diz respeito ao ideal uso do poder político, da organização do trabalho, da organização social e da própria

atribuição de poder a cada parte da sociedade. Por fim, o homem que é bem educado reconhece a verdadeira distribuição de poder entre as classes sociais e as estruturas departamentais da organização do trabalho. A pessoa tem plena consciência da função que ela exerce dentro de uma organização.

Educar um cidadão não é apenas dar a ele um embasamento técnico sobre a sua atuação social e profissional, mas é também construir nele uma consciência quanto ao que é ser indivíduo e o que é ser social. Aranha (1996) afirma que “o homem não é apenas razão, é também afetividade”.

Quando é desenvolvida uma noção de afetividade nos homens, eles passam a adquirir uma visão estética do meio. Uma das ferramentas de educação na produção e fruição estética no homem foi a Arte.

Segundo a pesquisadora Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996), “a palavra estética na sua origem etimológica (do grego *aisthesis*), nos remete aos significados ‘faculdade de sentir’, ‘compreensão pelos sentidos’, ‘percepção totalizante”.

A educação destaca os valores morais, políticos e estéticos da sociedade, e complementa-os no homem. A educação é uma forma de humanização que garante ao homem alguns traços essenciais para sua atuação social, como o exercício da reflexão, aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, o gerenciamento comportamental, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, a sensibilização quanto ao belo, a percepção da complexidade do mundo e dos seres e o cultivo do humor. E é por meio da leitura que o indivíduo desenvolve uma consciência da sua própria humanidade, na forma de dever social, responsabilidade profissional e ética, e em última instância, a capacidade de distinguir a natureza, a sociedade e o seu semelhante.

Particularmente, no Brasil, nas últimas décadas a educação sofreu uma evolução em alguns aspectos, de forma a propor uma abordagem mais descentralizada do ensino, ou seja, baseou-se na inclusão dos indivíduos. Carvalho Fabrício (2007) menciona a Declaração de Salamanca, onde, “o princípio fundamental da escola inclusiva, que consiste que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter [...]”.

Até as últimas décadas, comumente, pessoas eram excluídas por apresentarem alguns desvios de formação, então tidos como deficiências. Entre algumas deficiências podem ser citados a cegueira, a mudez, a debilidade intelectual e mental, e até mesmo, a dificuldade de se associar a um grupo de pessoas (por exemplo, o autismo). Algumas ferramentas de inclusão inseridas no meio pedagógico foram, a leitura em libras, o auto-relevo, o braile, entre outros. Alguns recursos humanos também têm sido aplicados, como a atuação de psicólogos dirigidos para deficiência de aprendizagem. “Educação deve estar sob o controle do governo e deve ser a mesma para todos os cidadãos”, afirma Aristóteles (2007)

Ao mesmo tempo em que o homem age em prol de seus objetivos, ele demonstra para o mundo e para o universo, todas as suas experiências e atitudes pensadas. A reincidência de determinado comportamento dá a alguns indivíduos certa previsibilidade de ação, conferindo-lhe crédito por determinadas contribuições para a sociedade e para a sua esfera de convivência social.

O homem é um animal que age e sua ação pode ser observada (objetivamente) e até ser previsível. Mas ele é ao mesmo tempo, um ser capaz de compreender e criar um universo de símbolos, organizar seu comportamento, relacionar-se com os outros e universalizar suas experiências. (MOREIRA 1996, p. 39)

Os pensamentos e valores humanos podem ser conhecidos, ou tornar-se explícitos mediante o seu comportamento. Paulo Roberto Moreira afirma: chama-se socialização o processo pelo qual a criança adquire padrões de comportamento adequados à sociedade em que vive. Trata-se de um processo educacional amplo e assistemático que se desenvolve durante toda a vida.

Uma forma de coadunar o homem ao meio através da educação adotada em alguns países, inclusive o Brasil (BRA) e os Estados Unidos da América (EUA), é o escalonamento educacional. Baseia-se na distribuição da formação curricular dos estudantes em graduações espelhadas no desenvolvimento humano em função da idade. Os estudantes são recrutados para determinadas grades curriculares conforme a idade e/ou maturidade intelectual.

As graduações, genericamente, são distribuídas em ensino fundamental, ensino científico, ensino técnico e ensino superior. O ensino básico ou fundamental é responsável pelo desenvolvimento da linguagem básica do indivíduo, formando-lhe noções elementares de comunicação, adequação social, raciocínio lógico e interação pessoal. O ensino científico, no Brasil, mais conhecido como ensino médio, é responsável por inserir o estudante na manipulação das ciências naturais, sociais e humanas que fundamentam a sociedade. Tanto o ensino técnico como o ensino superior ocupam-se da formação profissional mais específica do indivíduo – sendo uma forma menos aprofundada do que a outra.

Porém, o que mais se questiona nesta distribuição gradual curricular é o quanto ela se confunde com o dinamismo social e, mais especificamente, o dinamismo profissional a que os indivíduos sociais estão expostos. O desenvolvimento educacional esperado no Brasil é aquele que atende a população de forma a prepará-la para viver num mundo mais competitivo e ao mesmo tempo de forma mais equilibrada – o que parece ser um pouco paradoxal – e ainda, promover o crescimento intelectual, comportamental, emocional e espiritual desta massa de indivíduos.

A implantação das metodologias de GQT – Gestão da Qualidade Total na educação tem sido a última tentativa de se realizar este feito. O desenvolvimento da educação vem sendo trabalhado inserindo nas instituições de ensino, de todos os segmentos, práticas de gestão e sistematização organizacional. Esta medida tem envolvido as diversas esferas do ambiente educativo, desde a formação e destreza dos educandos até o alcance familiar dos educados na escola. Sabe-se que os educandos são tomados por clientes da instituição de ensino, e esta lhe entrega um serviço de educação. A gestão da qualidade total na educação pressupõe a entrega deste serviço com o máximo de qualidade. Para Vicente Falconi um serviço prestado com qualidade é:

Um produto ou serviço de qualidade é aquele que atende perfeitamente, de forma confiável, de forma acessível, de forma segura e no tempo certo às necessidades do cliente. Portanto em outros termos, pode-se dizer: projeto perfeito, sem defeitos, baixo custo, segurança do cliente, entrega no prazo certo no local certo e na quantidade certa. (CAMPOS 200-, p. 01)

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número III Jan-jun 2011	Trabalho 08 Páginas 123-172
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

Assim o que se pretende asseverar é que o principal critério para se determinar o nível de qualidade de um serviço ou bem que é oferecido é o quanto ele atende aos anseios e às aspirações de quem o adquire. Para o professor Vicente Falconi a qualidade está diretamente ligada à satisfação do cliente. O máximo critério da qualidade é a preferência do consumidor.

No entanto, isto é mais fácil quando se tratam de bens de consumo ou prestações de serviços imediatos. A educação precisa de um tratamento diferenciado. Um indivíduo que prefere consumir um bem que lhe faz mal é livre para consumi-lo, pois aparentemente está limitando-se à sua própria realidade. Mas um indivíduo inadequado – pela ausência de educação – socialmente que opta por causar prejuízos à vida alheia deve ser orientado. A educação está mais enraizada na essência humana do que o consumo por bens. Ela faz parte da conjuntura social e humana que se formou ao longo da história. A educação não foi somente o berço das culturas e das tradições, mas também foi a mantenedora de toda a civilidade e urbanização a que o homem adquiriu em sua evolução.

Transferir ou entregar educação com qualidade, assim como os demais bens e serviços, também envolve as cinco dimensões fundamentais da qualidade – entregar o serviço de forma a atender as necessidades do cliente (projeto perfeito), respeitar os prazos da demanda (entrega no prazo certo), manter uma assistência perfeita, garantir a segurança e confiabilidade para o cliente e por fim, com o menor esforço econômico (custos). O complexo docente que intenciona manter os seus serviços de educação deve considerar fatores como a sua sobrevivência no tempo, a sua produtividade, o nível de atendimento aos seus clientes (qualidade) e a sua competitividade. São aquelas cinco dimensões da qualidade total que coordenam estas últimas finalidades.

A melhor forma de se despertar uma noção nos clientes de como eles estão sendo atendidos com qualidade é, por meio do processo educativo, homogeneizá-los ao ambiente onde eles estão inseridos – este ambiente, definitivamente, é o mercado. Se estes clientes sobreviverem bem ao mercado, de forma honesta e honrada, no mínimo significa que eles receberam alguma educação

(desenvolvimento pessoal, profissional, científico, etc.). Isto é homogeneização entre o homem e o meio.

As instituições financeiras têm ofertado alguns esforços educacionais aos seus clientes, com o objetivo de criar esta homogeneização social, desta forma:

- Fazer dos seus clientes conscientes do atual nível de competitividade no mundo, e daí, a infinita diversidade de opções de trocas mercadológicas;
- Capacitá-los para operarem em seus sistemas tecnológicos bancários;
- Orientá-los sobre as vantagens de manterem vínculos mercadológicos com estas entidades;
- Conscientizá-los do papel social destas entidades e do papel social dos clientes que elas procuram atender;
- Melhorar a qualidade dos serviços bancários oferecidos;
- Aumentar o nível de satisfação social dos usuários e dependentes (acionistas, colaboradores, e etc.);
- Incentivar e desenvolver as práticas de sustentabilidade.

O desenvolvimento da educação se concentra justamente neste aspecto universal – as necessidades humanas, atendidas com sustentabilidade. Algumas instituições financeiras bancárias têm desenvolvido estímulos que incentivam os clientes a usarem corretamente o seu capital. Revela-se como uma estratégia de coordenação operacional entre a instituição financeira e o seu público alvo.

Oferecendo metodologias e ferramentas de gestão econômica doméstica aos seus clientes, as instituições financeiras dão uma nova contribuição para os meios de educação e, claro, relacionamento comercial na sociedade. Vê-se que a educação não se limita aos conceitos obsoletos tratados nas escolas e centros de internato. A educação ocupa-se principalmente da forma como o homem será inserido na sociedade moderna. Alguns bancos disponibilizam ferramentas de gestão financeira doméstica de seus clientes.

Os incentivos de orientação financeira procuram esclarecer que a boa educação financeira não se baseia no arrocho em guardar o dinheiro e sim em saber utilizá-lo conhecendo o seu valor, como recurso escasso. Percebe-se que

mecanismos de compensação financeira podem ser conciliados ao emprego correto dos recursos disponibilizados nas instituições financeiras.

A educação é o fator de sustentabilidade por excelência. Garante ao indivíduo a noção primordial do que é atuar no ambiente com práticas sustentáveis. É o caminho que transfere ao homem todos os aspectos fenotípicos do meio ambiente. A forma como ele se compõe e como sustenta os núcleos vitais (seres vivos) que nele habitam. O educador é um agente de transferência do conhecimento para os seus educados. O nível de assentamento do conhecimento nas práticas sociais responsáveis do educando, na ausência do educador, mostra o evento do processo educativo. “Quando o aprendiz se torna apto a resolver os problemas sem ajuda do professor, considera-se que o conhecimento foi transmitido com sucesso”, completa Fino (2004).

O conhecimento para ser transmitido, entre o educador e o educado, deve envolver o investimento de esforços, de naturezas diversas (humana, social, econômica, e etc.), entre ambas as partes. Quanto mais se desdobram investimentos no processo de educação mais são percebidas as extensões da ação humana. Desta forma a educação deve ser dirigida à formação social e pessoal do indivíduo, formação cultural e consolidação das abstrações antropológicas das comunidades, educação ambiental e científica, e por fim, educação política.

3.2 – Desenvolvimento Ambiental: Fator de Socialização

“Um exército sem sua equipagem está perdido; sem provisões, também; o mesmo acontece se perder as bases de suprimento.” (TZU 2004, p. 45)

Aqui, Sun Tzu aborda a necessidade de se organizar o meio e os suprimentos necessários à salubridade humana. A organização dos suprimentos, ou seja, dos recursos é a forma mais sustentável de se preparar uma comunidade – tratada aqui como exército – para os dias posteriores com realidades desconhecidas.

O ambiente é o meio onde a humanidade age, desloca-se e se projeta. Compreende também a sociologia humana. O indivíduo somente é capaz de

interagir com outro semelhante devido à linguagem acumulada no tempo pelas ações de interdependência entre o homem e o espaço – pela extração e permanência do homem, coletor de recursos (ar, luz, frutos, água, espaço para ocupar, minerais, ferramentas e etc.) no recinto que lhe é proveniente – ambiente ou natureza. O autor e professor Paulo de Bessa Antunes define natureza assim:

O conceito de natureza é uma construção cultural e sempre foi utilizada como paradigma apto a servir como modelo para a organização da sociedade. O homem formulou o conceito de natureza buscando soluções para a sua vida social, e este conceito foi sendo alterado através do tempo e de acordo com as necessidades dos seres humanos. A natureza foi concebida como local em que o ser humano se insere em posição de destaque e proeminência. (ANTUNES 2000, p. 10)

Destarte, a natureza ou meio é onde o homem formula a si próprio, individualmente e coletivamente. Tal formulação se dá a cada tempo em que este homem faz uso daquilo que a natureza lhe provém. Mas sabe-se que tudo aquilo que a natureza provém pode ser escasso e esgotado quando não é obtido de forma organizada e conservadora.

O principal problema o qual as ciências econômicas e sociais tentam resolver é a escassez dos recursos essenciais à vida humana em relação a uma quantidade ilimitada de necessidades que fundamentam a vida humana. Pois, todos os recursos presentes no planeta podem ser findáveis, desde aqueles mais obsoletos até aqueles mais elementares. No entanto, a demanda do homem por estes recursos não é findável. A questão presente aqui é que a maioria dos recursos de produção obtidos pelo homem não se referem a bens livres, isto é, bens que são livremente encontrados na natureza, e que estão disponíveis universalmente – o ar, a luz solar, o espaço que toda massa ocupa no universo, e etc.

Em contrapartida, se a maioria dos bens não é livre, isto é, trata-se de bens econômicos, a atitude econômica categoricamente falando, que mantém o uso contínuo destes bens é aquela que prevê a manutenção das origens destes bens (núcleo que os fornece) conferindo-lhes valor econômico e insubstituível.

O valor é atribuído a tudo aquilo que pode ser expresso com equivalência quantitativa a outra coisa, de forma comparativa. O que dá valor é aquilo a que se compara. Entretanto, quando se trata de ambiente a situação é bem mais complexa

do que quando se trata de bens comuns. Isto é, tratar o ambiente com a sua valorização esperando que se obtenha o mesmo resultado que se detém quando se trata os bens comuns com a valorização pode ser um tanto frustrante.

Os bens são acessórios que o homem troca para o atendimento das suas necessidades, enquanto o ambiente é o meio de conservação da sua própria existência. É a forma de regulação do significado que o homem dá à sua preservação na natureza. O significado dado pelo homem está mais relacionado à sua equidade com a espécie do que com a sua eficiência no acúmulo de riquezas. O professor Clóvis Cavalcanti exprime esta realidade sobre a valorização do meio ambiente da seguinte forma:

Este é um ponto essencial para a consecução do desenvolvimento sustentável, porque a sustentabilidade é, em última estância, um problema distributivo, e não uma questão de elevação de eficiência. Para se alcançar sustentabilidade, mais ativos físicos têm de ser repassados às futuras gerações. Para tornar este repasse possível, as atuais desigualdades no seio das gerações têm de ser reduzidas. Enquanto a valorização por si só não pode solucionar os problemas da equidade distributiva, ela poderia ao menos não contribuir para a manutenção das desigualdades. Se contribuir para elas será mais difícil alcançar sustentabilidade. É preciso que se desenvolva novas técnicas no seio da economia ambiental, para evitar que elas se tornem parte do problema da insustentabilidade. (CAVALCANTI 2002, p. 83)

Antes de tentar atribuir um poder econômico à natureza ou ao espaço que o homem ocupa – do ponto de vista existencial – é importante denotar um papel mais essencialista (fundamentalista) para ela, e que em alguns casos, a exclua do cenário econômico. Todas as vezes que a vida no planeta pode ser ameaçada por um eventual caos ambiental, é dado o momento de se realizar esta exclusão. Clóvis Cavalcanti retoma:

Os economistas ecológicos têm de resistir a tentação de pensar que a valorização objetiva é possível [...] mais uma vez, isto não significa que a valorização ambiental seja um esforço em vão. Na verdade, ela deve ser vista como fase de um processo interativo com o discurso moral e a tomada de decisão política. (CAVALCANTI 2002, p. 91)

A afirmação acima do professor Clóvis Cavalcanti insinua que antes de atribuir o devido valor à natureza – a origem dos bens – é preciso inserir a importância da preservação das espécies orgânicas no ambiente, de forma que, a

valorização da terra não faça excluir nenhuma forma de vida dela. Primeiro se deve garantir o direito das espécies de vida em habitar a natureza, de um ponto de vista mais moral, e somente depois lhe conferir o justo poder econômico de usufruto.

Todo este aforismo ambiental, quando não é ponderado, é o que precede os eventuais danos causados pelo extrativismo impróprio e abusivo. Os danos ambientais são ocasionados por economias caracterizadas pela obtenção embrutecida de lucro e rentabilidade conciliada ao desprezo pela vida concorrente. Tal como se a concorrência só trouxesse por si mesma o infortúnio da competição e não a reação em prol de melhoramentos e busca por expressão competitiva – valor agregado, diferencial, superioridade eficiente. E se é difícil adotar um valor integral ao bem ambiental (natureza) é mais difícil valorar integralmente o dano ambiental, como remete Antônio Herman Benjamin:

O dano ambiental é de difícil constatação e avaliação. A atividade danosa pode ser produzida hoje e os seus efeitos podem levar anos para aparecer. O dano visível é apenas a ponta de *iceberg*, sendo que muitas vezes é com base nele que se calcula o valor global e final de uma indenização. Por isso, é muito difícil calcular o valor do dano ambiental. A economia não consegue valorar o bem ambiental adequadamente, e a partir daí, o próprio dano ambiental. (BENJAMIN 1993, p. 226)

A educação ambiental é algo que se fez necessário para a duração das sociedades no mundo e conseqüentemente para o desenvolvimento ambiental das mesmas. A educação ambiental passa a ser tratada como elemento adjunto necessário na formação da cidadania e na formação de valores. Se há observação de valores e ímpetos à cidadania pode haver a presença da preocupação ambiental, e tão logo, a conscientização.

Da conscientização ambiental apresenta-se aquela sociedade mais consciente e preocupada com a preservação dos recursos naturais que utiliza para realizar suas atividades, sem deixar de buscar o desenvolvimento. O que não deixa de fora as decisões políticas governamentais e demais posturas adotadas pelas classes sociais de uma nação. Observando que o mau uso dos recursos e a não preservação de suas fontes, resultam na escassez desses recursos para um eventual próximo uso.

Ao longo dos ciclos periódicos de evolução da civilização humana, diversas modificações alteraram e criaram meios de subsistência que afetaram o meio ambiente, gerando variáveis prejudiciais no aspecto de durabilidade e preservação ambiental. A concentração de indivíduos nas cidades, a mecanização do meio rural, o próprio aumento da população, e a exploração indiscriminada de áreas de mata virgem para obtenção de pastagens e lavoura, somam alguns artifícios do prejuízo ambiental. A educação ambiental propõe a possibilidade de uma revisão comportamental dos meios de obtenção de recursos. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais defende a educação ambiental a seguir:

A sustentabilidade – A Educação Ambiental deve ser trabalhada dentro de um enfoque holístico, por meio de uma prática democrática, participativa e inclusiva, abordando a concepção de meio ambiente em sua totalidade, ressaltando a interdependência entre o meio natural e os processos socioeconômicos, políticos e culturais. Esses enfoques visam à construção de uma prática sustentável; afinal, o uso, a ocupação e a transformação do meio ambiente é um processo que gera conflitos de interesses entre os diferentes atores sociais. Esses conflitos determinam não só o modo como os atores intervêm no meio ambiente, mas também o modo de distribuição na sociedade dos custos e benefícios conseqüentes dessa intervenção. (MINAS GERAIS 2002, p. 17)

Para que isso venha a se tornar uma realidade em âmbito nacional ou até mesmo global, faz-se necessária uma política de conscientização que venha desde a base da formação do caráter do indivíduo, ou seja, no seio da família, e sendo continuada na fase de alfabetização até que isso se torne uma forma de existência generalizada. Gerando uma sociedade que consiga utilizar e preservar o meio do qual retira recursos para sua existência e desenvolvimento. E não restritamente abordá-lo como um fator de produção ativamente econômico. Daí o caráter socializante do desenvolvimento ambiental.

O desenvolvimento ambiental deve estar integrado ao fator econômico e o Estado deve precaver os cidadãos contra os problemas ambientais. As ações que a sociedade promove para o desenvolvimento tecnológico, a poluição industrial e consumo acelerado são causadores da degradação ambiental e de parcela da mudança climática no planeta atualmente. A busca por maior lucratividade faz com que as empresas extraiam recursos naturais em aspecto crucial prejudicando o meio em que ela esta inserida.

Quando se reflete em educação ambiental da perspectiva das instituições financeiras públicas e privadas percebe-se que de forma geral todas as empresas, extrativistas ou não, se configuram como tomadores de crédito financeiro. Daí, uma estratégia de correção de danos ambientais se dá pela criação de linhas de financiamento e custeio que enfatizam o acolhimento da adequação ambiental, ora por meio da preferência em fomentar metodologias e empregos tecnológicos ambientalmente corretos, ora pela regulamentação e adequação legal das unidades empresariais consumidores de recursos e fatores de produção.

Em termos de sustentabilidade ambiental articula-se o emprego de energias renováveis e sustentáveis (energia da biomassa, eólica e solar) que abastecem as tecnologias modernas e assim causarem menores impactos ambientais. As instituições financeiras podem privilegiar a iniciativa de produção de energia limpa, renovável e ambientalmente correta.

As instituições financeiras ainda vêm contribuindo com a preservação do meio ambiente pela disposição de linhas créditos para o agronegócio que favorecem empresas agropecuárias que detenham reconhecida conduta ambientalmente correta – apresentação de certidões de preservação das reservas naturais demarcadas pela legislação e outorgas de utilização de recursos hídricos.

3.3 – Desenvolvimento Tecnológico: Fator de Distribuição

“Para que o impacto do seu exército possa ser semelhante a uma pedra de moinho chocando-se com um ovo, utilize a ciência dos pontos fracos e fortes.” (TZU 2004, p. 37)

Neste segmento, Sun Tzu se refere às ciências, ou ao conhecimento, como a melhor forma de se atingir um objetivo quando este se relaciona à matéria. A humanidade pôde acumular práticas científicas quando desenvolveu a tecnologia.

A tecnologia é todo instrumento ou conhecimento que pode ser aplicado à transformação de recursos puros em resultados ou bens mais elaborados, e que geralmente, atendem a certa demanda do empregador da mesma. Para tanto, a tecnologia se desenvolve a partir de um conjunto de ações científicas e

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número III Jan-jun 2011	Trabalho 08 Páginas 123-172
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

metodológicas fundamentadas em preceitos culturais da sociedade que a manipula. Destes preceitos são extraídos subsídios que enfatizam feitos positivos para serem agregados aos processos e excluem os feitos negativos, pois não valorizam a integridade dos resultados. A noção geral deste contexto viabiliza o sucesso do emprego das tecnologias, como defende o autor Sun Tzu.

Os ditos preceitos científicos e conceituais da sociedade que provêm o desenvolvimento da tecnologia são oriundos de relações íntimas dentro da própria sociedade, entre todos os seus agentes funcionais (setores primários, secundário e terciário), e que exploram as suas nuances sociais e culturais. As relações, definidas como íntimas, são aquelas tidas da interdependência entre os setores públicos, privados e ong's (organizações não-governamentais) a partir de suas contribuições científicas, conceituais, tecnológicas, entre outras. Logo, segue uma explanação extraída do PCN de 1997 publicado pelo Ministério da Educação do Brasil.

Este bloco temático comporta discussões acerca das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, no presente e no passado, no Brasil e no Mundo, em vários contextos culturais. As questões éticas, valores e atitudes compreendidos nessas relações são aspectos fundamentais a investigar nos temas que se desenvolvem em sala de aula. A origem e o destino social dos recursos tecnológicos, as conseqüências para a saúde pessoal e as vantagens sociais do emprego de determinadas tecnologias são exemplos de aspectos a serem investigados. (BRASIL 1997, p. 55)

Destarte a humanidade vem ao longo dos anos se adaptando às demandas impostas pelo meio no qual ela existe, desenvolvendo hábitos, costumes, ferramentas, que propiciam melhores condições para realização de seus desejos e necessidades. Juntamente com o desenvolvimento comportamental veio também o desenvolvimento tecnológico, que é o aprimoramento das ferramentas utilizadas no desempenho das atividades realizadas pela sociedade.

Contudo, o emprego de tecnologias é dado de forma contínua e desenvolvimentista, isto é, as ferramentas passam por melhorias e se desdobram em novos aspectos. Richard Whittington ilustra esta noção a seguir:

[...] A procura de novas idéias na indústria não é uma busca sem inibições por novas oportunidades tecnológicas, mas circunscrita e guiada pela heurística e pelos exemplares estabelecidos do paradigma do setor. Mesmo com as mudanças revolucionárias das máquinas de escrever manuais para processadores de textos informatizados, ainda persistimos com o teclado

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número III Jan-jun 2011	Trabalho 08 Páginas 123-172
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

QWERTY do século XIX porque ele requer um salto grande demais para adoção de teclados mais eficientes [...] (WHITTINGTON 2002. p. 95-96)

Atualmente as empresas prestadoras de serviços tecnológicos para instituições financeiras buscam o que há de mais moderno no mercado; procuram por uma atuação mais eficiente no mercado, na forma de suas contribuições. Esta conduta desenvolvimentista projetou o Brasil como um dos países que usufruem de recursos operacionais de alta tecnologia. Por exemplo, a urna eletrônica que se destaca como um dos modelos operacionais, de politização pública, mais eficazes e confiáveis do mundo.

Outro exemplo bastante satisfatório é o desenvolvimento dos terminais de auto-atendimento bancário conciliados aos portais virtuais das instituições bancárias (sítios providos pela rede mundial de conexão eletrônica para computadores – *internet*). As redes bancárias, no Brasil, têm disponibilizado aos seus clientes uma gama de tecnologias de atendimento que superam as expectativas educacionais do país. Isto é, o Brasil não sustenta um sistema de ensino tão desenvolvido tecnologicamente quanto são desenvolvidos os bens de consumo e serviços distribuídos pela iniciativa privada.

Daí, o que se tem é um país com um grande índice de analfabetismo funcional operando sistemas informatizados extremamente avançados, como as urnas eletrônicas e os terminais de autoatendimento bancário. Atualmente, o Brasil detém a desconfortável marca de 16 (dezesseis) milhões de analfabetos, isto é, representa um índice de 9,7% (nove inteiros e sete décimos percentuais) da população, e o segundo maior índice da América do Sul.

A disputa acirrada entre os grandes bancos influencia e é influenciada pelo desenvolvimento tecnológico do país. Como resultado do aumento de sua própria influência no mercado através da tecnologia, a conjuntura bancária desdobra-se num exemplo da evolução tecnológica disponível no país. A fidelização de vários clientes que usufruíram de tais sistemas bancários, de forma adaptativa, e a incorporação de fatias da sociedade cada vez mais atípicas ao sistema mostram que a população, dentro do possível, acompanha a evolução.

Todavia, se uma entre estas instituições adquire um novo produto ou uma nova tecnologia, todos os seus clientes, sem exceção, conhecerão e utilizarão dessa tecnologia como forma de interação com a instituição. A partir da aquisição da tecnologia por parte do banco, o seu cliente a absorverá, a incluirá na sua atividade financeira cotidiana. Muitas vezes, tornando-se refém e dependente dela.

Nessa atividade financeira cotidiana incluem-se alguns instrumentos como extratos bancários com os saldos e movimentações financeiras dos usuários disponibilizados eletronicamente, comércio eletrônico de bens e serviços, movimentações financeiras diversas, e outros. Todo este contexto é parte do desenvolvimento tecnológico e uso da tecnologia. O que se deve considerar é a aderência deste conceito às práticas da sustentabilidade.

A tecnologia, para o conceito de sustentabilidade, pode ser compreendida como um fator de distribuição, pois democratiza técnicas operacionais de trabalho que melhoram os produtos e serviços elaborados. Democratiza, de forma geral, os resultados obtidos entre os diversos setores socioeconômicos, quando compartilha o êxito científico, conceitual, técnico, operacional e laboral entre estes; seja pela distribuição dos bens, seja pelo enriquecimento do capital humano.

Mas quando se atribui a sustentabilidade às tecnologias, surgem propostas de produtos e matérias-primas ambientalmente viáveis, que preconizam a sua capacidade de afetar o meio ambiente ou a natureza, além de atingirem várias camadas da sociedade por restrições econômicas e financeiras. Para atender a tais condições a indústria de altas tecnologias tem desenvolvido produtos tecnológicos com microprocessadores, computadores, bens de consumo duráveis ou não, materiais, e outros. Tais produtos têm sido produzidos com o uso de matérias-primas renováveis e/ou recicláveis e por operações industriais que tendem a diminuição da poluição do meio ambiente.

Como fator de distribuição, a tecnologia compartilha para diversos setores da sociedade a sua capacidade de minimizar impactos ambientais e eliminar restrições financeiras ao seu uso, e daí, legitima o seu emprego sustentável.

A tecnologia oferecida à sociedade pelos bancos comerciais também se perfaz nos terminais de auto-atendimentos bancários, mais conhecidos como caixas

eletrônicos, terminal bancário, caixa rápido ou pela simples abreviatura ATM (*Automated Teller Machine*). Este equipamento eletrônico, o qual clientes diretos e indiretos de um banco realizam múltiplos serviços – depósitos, retiradas de dinheiro, consultas de estratos, transferências de numerários, pagamentos de contas, contratação de empréstimos dentre outros – os fazem com segurança e rapidez, sem a necessidade da presença de um funcionário do banco (operador funcional) caracterizando-se o conceito de auto-atendimento.

Os caixas eletrônicos são ferramentas indispensáveis tanto para os bancos quanto para os clientes. A modernização desses equipamentos é um fator sustentável para a parte da sociedade que faz uso desta tecnologia. Pois, os Caixas Eletrônicos atendem às necessidades de diversos usuários inclusive, os portadores de necessidades especiais e portadores de mobilidade reduzida. A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas estabeleceu a norma NBR 15250 de 2005, que viabiliza a adequação de terminal que possui altura apropriada para o tamanho médio das pessoas, entrada para fones de ouvido com ajustes para o volume das saídas de áudio, teclado com pictogramas em alto relevo (*Braille*), dispensador de cédulas e receptor de envelopes com acesso facilitado.

Assim como a sustentabilidade conceitualmente vislumbra o uso adequado de bens e serviços no tempo, ela também aspira pela integralidade social de todos os demandantes destes bens e serviços. A inclusão tecnológica e/ou digital de diversas esferas sociais (classes de poder aquisitivo econômico alto, médio e baixo) atende aquele anseio da economia em aumentar a quantidade de demanda pelos produtos econômicos (bens e serviços), proposta pelo crescimento da população, isto é, a inclusão econômica social tem resposta desenvolvimentista semelhante a do crescimento populacional.

Deste modo, o alcance operacional das tecnologias bancárias se desdobra no alcance das mais diversas séries sociais (aposentados, pensionistas, economicamente ativos, inativos, etc.) em integrarem-se na economia. O desenvolvimento tecnológico de diversos setores econômicos, e particularmente do setor bancário, influencia na incorporação daquela parte da sociedade que não

participa diretamente da economia. Pode-se daí obter uma nova orientação para a perspectiva de sustentabilidade.

3.4 – Desenvolvimento Político: Fator de Engajamento

Quando utilizam a energia combinada, seus soldados transformam-se em pedras ou troncos rolantes. Pois faz parte da natureza de um tronco ou de uma pedra permanecer imóvel no terreno plano e mover-se num declive; se são quadrados, ficam parados, mas se são redondos descem rolando. Assim, a energia desenvolvida por bons guerreiros é como o movimento de uma pedra redonda, rolando por uma montanha de 300 metros de altura. Isso no tocante à energia. (TZU 2004, p. 36)

Sun Tzu, na citação acima, dissemina a idéia do trabalho em equipe. Dos benefícios da energia combinada de várias origens, ou pessoas. Faz pensar no conceito do termo sinergia, que diz que, a soma das forças de várias origens gera um resultado maior do que a contribuição individual de todas estas origens trabalhando isoladamente.

Política é uma arte em constante aperfeiçoamento onde os governantes devem modelá-la de acordo com as necessidades da sociedade. A Política tem o poder de produzir e fomentar o desenvolvimento sustentável aplicado ao Estado, onde todos os indivíduos, inseridos nele, possam si beneficiar do que a sustentabilidade causa. Cabe aos governantes a responsabilidade em definir sistemas políticos harmônicos, transparentes e éticos, que propiciem à sociedade uma participação mais efetiva nas tomadas de decisões que irão favorecê-la. A política ainda é o principal canal que liga o cidadão – sociedade – Estado. Política se torna um sinônimo de liberdade e participação, continua e democratizada, de todos que vivem em conjunto, quando ela segue os preceitos éticos e humanísticos que organizam a vida social.

Um importante papel da política é mobilizar recursos e desenvolver projetos de longo prazo – que tenha em vista a melhoria efetiva da organização social. Deste modo, a política é uma forma de gerenciar as atividades sociais para que todo indivíduo participe da sociedade no máximo de horizontes possíveis.

Toda Cidade é um tipo de associação, e toda associação é estabelecida tendo em vista algum bem (pois os homens agem visando a algo que consideram ser um bem), por conseguinte, a sociedade política [*polis*] a

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número III Jan-jun 2011	Trabalho 08 Páginas 123-172
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

mais alta dentre todas as associações, a que abarca todas as outras, tem em vista a maior vantagem possível, o bem mais alto dentre todos. (ARISTÓTELES 2007, p. 53)

Uma política bem amadurecida é aquela que investigou todas as causas e manifestos sociais (costumes, folclores, tradições e valores) que alicerçam a *polis*, ou Comunidade, Nação e Estado. E por isso, a política antecipa-se a todas as ramificações socioeconômicas presentes; elabora ações, provisões e projetos adequados à realidade destas repartições ou classes sociais.

Na política, assim como em qualquer outro ramo da ciência, para conhecer as coisas compostas, temos de as decompor (*syntheton*) até chegarmos aos seus elementos mais simples. Desta forma, ao considerar os elementos dos quais a cidade é composta, veremos melhor em que diferem ente si, e se é possível chegar a alguma conclusão científica e prática a cerca desses objetivos dos quais acabamos de referir. (ARISTÓTELES 2007, p. 54)

E para tanto, a política deve traçar metas consistentes com os anseios que se percebe na sociedade que ela administra. Tal como direcionar a ação política, o papel da administração social é responder aos objetivos específicos das classes e daquilo que favorece a comuna como um todo. Contudo, os objetivos específicos das classes, aqui, são pressupostos pelo desenvolvimento da educação, desenvolvimento tecnológico e ambiental a que estas dispõem.

Para esclarecer melhor os ditos objetivos específicos das classes, basta-se apreciar que todo cidadão ou família – governo doméstico – tem como objetivo ou finalidade para a sua vida, o gozo dos recursos e a opção por uma qualidade plausível de vida. O gozo dos recursos é entendido pela capacidade de usufruir dos bens e fazer deles uma propriedade.

A propriedade é uma parte do governo doméstico, e a arte de adquirir bens é uma parte da economia, pois nenhum homem pode viver bem ou simplesmente viver, sem estar provido do necessário. Portanto, como os bens fazem parte da casa, os meios de adquiri-los também fazem parte do governo doméstico; e, assim como nenhuma das artes têm um objetivo preciso e determinado realiza sua obra sem seus instrumentos próprios, a economia também precisa deles para chegar ao seu objetivo. (ARISTÓTELES 2007, p. 58)

Observa-se uma linha clara de sustentabilidade implícita em todo o contexto político abordado até aqui, contudo, sem necessariamente citar o termo. É bom saber, que a sustentabilidade é uma conduta tão implícita aos valores

presentes na sociedade, e por isso, pode sempre ser praticada, mesmo que não esteja na pauta de uma ação social. Isto é sustentabilidade espontânea, não declarada, mas exercida em sua natureza. Por meio de políticas sustentáveis, tanto o cidadão individualmente, como as classes organizadas, obtêm benefícios econômicos, e que estão aderidos à sistematização política.

Os bens fazem parte do governo doméstico, e a arte de adquirir estes bens é uma parte da economia, já que nenhum homem pode viver bem, ou simplesmente viver, sem que esteja provido do necessário. E do mesmo modo, como nenhuma das artes que possuem um alvo determinado, executa completamente seu trabalho sem seus instrumentos apropriados, assim também sucede com a economia. (ARISTÓTELES 2007, p. 58)

Os instrumentos mais eficazes da arte econômica e política é o relacionamento entre as partes que compõem o cenário econômico e político – o Estado, a sociedade privada, as empresas e as organizações prestadoras de serviços públicos. Para Luz (1975) “a política é necessária e mesmo imprescindível em todo o relacionamento empresarial, privado ou estatal”.

Além de intermediar a organização social, a política também tem a função imprescindível de administrar os bens públicos. De torná-los rentáveis e sustentáveis. A centralização administrativa é uma forma de o Estado administrar ele mesmo as atividades econômicas exercidas pelo patrimônio público, e de outro lado, a descentralização administrativa é o exercício administrativo que o Estado transfere para o povo gerir o patrimônio público. Seja pela centralização ou descentralização administrativa o foco político deve ser a sustentabilidade daquele órgão administrado – e eventualmente, os benefícios que ele garante à sociedade.

Por fim, a organização política quando desenvolvida de forma administrativa provem à sociedade, gerida, recursos tangíveis na forma de infraestrutura, sistemas confiáveis de segurança e saúde, educação, e mais ainda, estruturação legal e fiscal (segundo os modelos atuais de gestão política). São aspiradas pela proposta da sustentabilidade e do desenvolvimento socioeconômico a formulação e a atuação de um governo político orientado pela reciprocidade com a *polis* que administra – os reflexos desta *polis* são sintomas das suas debilidades que demandam por tratamento.

É dada à boa atuação política a presença de administradores ‘bem intencionados’, e que enxerguem mais do que benefícios localizados, mas antes, vislumbrem vantagens generalizadas a *polis*.

A organização política, quando impulsionada por homens bem intencionados, procura encartar assuntos econômicos e financeiros para atender em primeiro plano o interesse popular, o qual, uma vez satisfeito projeta suas competências benéficas em direção ao interesse nacional. (LUZ 1975, p. 28)

Enquanto à presença das instituições financeiras bancárias – e empresas privadas – as políticas sociais podem estabilizar modelos de distribuição de recursos e promoção do equilíbrio econômico social, e mobilizar parte destes recursos para serem direcionados como investimentos de esforços para o desenvolvimento econômico (crescimento econômico sustentável – estruturado). E como outro viés, até diametralmente oposto, Luz (1975) determina que “a natureza específica da empresa privada que pode e deve ter participação direta ou indireta na organização política [...]” Isso é o que define o papel engajador da política para os sistemas sociais diversos, e estes, desenvolverem-se na sustentabilidade e na soberania. Entretanto, isso depende da vontade geral da *polis*, ou da comunidade.

[...] a soberania, por ser apenas o exercício da vontade geral, não pode jamais se alienar, e que o soberano, que não é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode ser transmitido, não a vontade. Assim, a soberania é inalienável por ser o exercício da vontade geral, não podendo esta se alienar e nem ser representada por quem quer que seja, sendo também indivisível, pois a vontade só é geral, se houver a participação do todo. O pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus membros, e, este poder é aquele que, dirigido pela vontade geral, leva o nome de soberania. O poder soberano completamente absoluto, sagrado e inviolável não ultrapassa e nem pode transgredir os limites das convenções gerais. (ROSSEAU 1992, p. 103)

Se a soberania é um meio ou universo geopolítico, onde os indivíduos confraternizam-se em sociedade, a manutenção da soberania, e logo, das condições sociais de onde atuam estes indivíduos, é uma restrição elementar zelar pela sanidade estrutural deste universo que legitima o papel do soberano. E exprimi-se a estrutura universal da soberania pela infraestrutura que a hospeda. Como infraestrutura entende-se todas as variáveis que constroem o arcabouço necessário para manter uma sociedade organizada é salutarmente dinâmica. Um arcabouço

que se adere àquelas perspectivas intrínsecas ao homem e às suas demandas desde os aspectos socioeconômicos até os antropológicos. Uma construção que em seu alcance social atua para o homem tanto em sua natureza humana mais individual e latente (moradia, educação, saneamento, zelo pela saúde e segurança) como em sua manifestação laboral (treinamento, sociabilização, locomoção e desenvolvimento).

É crédito do investimento em zeladoria e constituição da infraestrutura básica o sucesso desenvolvimentista das sociedades modernas. E não é de se surpreender que aquelas sociedades modernas que mais se destacaram mundialmente quanto ao desenvolvimento econômico são também aquelas que mais se ocuparam com a compreensão das necessidades estruturais de sua soberania.

No Brasil algumas linhas de financiamento e crédito para a infraestrutura são politizadas pelas instituições financeiras públicas e privadas. Desta forma, estas instituições fomentam a demanda populacional por instalação civil que caracteriza as moradias e habitações, as estruturas escolares, hospitalares, desportivas, de assistencialismo e outras.

Algumas instituições financeiras públicas do Brasil prestam relevante serviço bancário em esforços pela infraestrutura. Na maioria das vezes estas instituições são o principal agente de distribuição de políticas de saneamento e habitação do governo nacional. Por meio de políticas os governos nacionais podem desempenhar ações construtivas e/ou corretivas pelo desenvolvimento estruturado de suas nações. Empregando esforços em infraestrutura generalizada, estes governos legitimam a concentração social que caracteriza a soberania.

O desenvolvimento político quando se fundamenta nos anseios dirigidos da soberania também se destaca na provisão das ações de sustentabilidade para o fomento social. É dado à sustentabilidade aquilo que fomenta e é emancipável a toda partição social (segmentos da sociedade), de forma espacial (multidiversidade ambiental), temporal (passado, presente e futuro) e igualitária.

O engajamento social deve estar previsto onde as diferentes esferas sociais se encontram – o uso do dinheiro, no mercado. As instituições financeiras são portas de entrada ao mercado.

3.5 – Desenvolvimento Humano: Fator de Auspiciosidade

“O guerreiro vence os seus combates não cometendo erros. Não cometer erros é o que dá a certeza da vitória, pois significa conquistar um inimigo já derrotado.” (TUZ 2004, p.30)

Na expressão supracitada, o pensador chinês Sun Tzu retoma a noção de que o homem que conhece a si mesmo, e por isso, está atento às suas limitações e erros possíveis, é um indivíduo cauteloso e sábio. E assim, evita os equívocos e a negligência. Enquanto que o homem ignorante sobre suas próprias atribuições comete todos os erros possíveis e já se dispõe como derrotado. O homem sábio e cauteloso é proeminente na vitória e no êxito. Ele é próspero.

O desenvolvimento humano é uma abordagem da vida humana quanto à evolução de suas características tácitas (intrínsecas) e explícitas (extrínsecas). As características intrínsecas do homem são determinadas pela sua formação cognitiva, ou aqueles fenômenos pessoais que marcam a espontaneidade do sujeito. Enquanto as características extrínsecas envolvem o comportamento ou a manifestação explícita do sujeito. Sob este enfoque, o desenvolvimento humano passa por dois matizes, o matiz do sujeito emissor (o dono da ação) e o matiz do sujeito interpretador (aquele que testemunha e interpreta a ação).

Uma ampla gama de variáveis atua no indivíduo influenciando-o tanto cognitivamente quanto comportamentalmente. Da mesma forma, estas variáveis podem originar-se de agentes fenotípicos (externos) e genotípicos (internos). As variáveis fenotípicas são aquelas ligadas aos fenômenos de socialização do homem, como a afetividade, a antropologia, a sociologia, entre outras; e as variáveis genotípicas estão ligadas às propriedades genéticas e fisiológicas do sujeito, como o crescimento, os ciclos de maturação, as debilidades e as habilidades orgânicas, e etc. Enfim, variáveis que influenciam na formação do homem adulto.

Então este sujeito é passível de mudanças, como profere Papalia (2005): “as mudanças no desenvolvimento são adaptativas, sistemáticas e organizadas, e refletem essas situações internas e externas ao indivíduo que tem que se adaptar a um mundo em que as mudanças são constantes.”

O desenvolvimento humano, neste trabalho, foi abordado derradeiramente por ser o fator mais complexo, subjetivo e que se desdobra da combinação dos outros quatro fatores de sustentabilidade – educação, ambiente, tecnologia e política. Fora subtitulado como fator de auspiciosidade pelo termo representar a perspectiva de um indivíduo esperançoso e persistente que efetivamente se socializa, capacita, realiza e humaniza. Ressalva-se a possibilidade de este indivíduo, em conceito, se distanciar muito do sujeito médio real – tipicamente encontrado na sociedade; por isso se trata de uma perspectiva.

Mas a auspiciosidade será tratada como uma virtude humana essencialmente apreciada num mundo em que se tem a esperança de fazer funcionar a sustentabilidade.

A auspiciosidade é o atributo de um sujeito que tem bom agouro à sociedade, espera por uma dinâmica social onde os indivíduos se coadunam na expectativa de arranjo humano sustentável, e por isso, praticam a sustentabilidade, com sinergia, colaboração, conhecimento, organização e humanismo. Por isso ser auspicioso é ser próspero e promissor. Mas de onde vem a prosperidade dos sujeitos?

A prosperidade não é um atributo humano, mas é uma conseqüência social do seu manifesto. A sociedade que prospera, ou aquela que detém bons índices de desenvolvimento humano acomoda melhor os indivíduos em sua auspiciosidade. Fomenta o sujeito social com educação, conhecimento, tecnologia, conforto e infraestrutura, organização e acessibilidade.

Até então o elenco destas condições sociais situam-se naquelas variáveis extrínsecas do desenvolvimento humano que abrangem os aspectos sociológicos, antropológicos e afetivos. A psicologia do desenvolvimento foi tratada por importantes pensadores que contribuíram com propostas de análise do psiquismo humano desde as tenras idades até as idades findadas.

Surgiram algumas teorias como a teoria do Curso da Vida – defende a observação do sujeito em todos os contextos psicológicos aos quais foi submetido durante toda a sua vida; a teoria do Desenvolvimento Cognitivo – o homem sofre alteração apenas durante o seu tempo de formação até atingir a maturidade; a teoria do Condicionamento – precedida pelo cientista Burrhus F. Skinner (1904-1990) e que orienta o desenvolvimento humano a partir dos agentes de condicionamento do ambiente; a teoria da Personalidade – que o sujeito é influenciado por sua personalidade que é formada em função da realidade do sujeito; entre outras teorias.

Portanto, muitas linhagens conceituais de como o psiquismo se desenvolve nos indivíduos foram lançadas. Contudo, o mais comum e sensato sobre todas estas linhagens é que o homem deve ser considerado dentro da sua conjuntura social. Seja pela gênese ou por fenômenos externos os processos psíquicos se desenvolvem no sujeito e são influenciáveis nos mais variados aspectos.

Henri Wallon é citado no próximo trecho, afirmando sobre as mudanças a que estão submetidas as pessoas durante os seus desenvolvimentos.

O desenvolvimento humano é visto em conjunto. Wallon propõe um estudo integrado, abarcando os vários campos da atividade infantil (campos funcionais) e os vários momentos de sua evolução psíquica (estágios do desenvolvimento), numa perspectiva abrangente e global. Enfoca o desenvolvimento em seus domínios afetivo, cognitivo e motor, sem privilegiar um domínio em detrimento dos demais, preocupando-se em mostrar nas diferentes etapas os vínculos entre cada campo. (GUEDES 200-, p. 04)

Muitas destas interferências e influências durante o desenvolvimento da psique dos indivíduos caracterizam-se por conflitos. O conflito é todo fenômeno que toma o indivíduo despreparado de situações alheias e ameaçadoras. Mas a questão básica é que o sujeito está sempre despreparado para o conflito imediato. Enquanto o conflito ocorre de forma espontânea, não é planejado, é de sua natureza emergir do desconhecido, de forma imediatista. O problema básico do conflito na vida humana é que a sociedade, embora seja absolutamente conflituosa, não se educa para lidar com os conflitos. É esta intempérie que caracteriza o ambiente de desenvolvimento humano, entre os indivíduos especificamente, assim:

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número III Jan-jun 2011	Trabalho 08 Páginas 123-172
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

[...] O desenvolvimento infantil é um processo pontuado por conflitos. Conflitos de origem exógena, quando resultantes dos desencontros entre as ações da criança e o ambiente exterior, estruturado pelos adultos e pela cultura. De natureza endógena, quando gerados pelos efeitos da maturação nervosa. Até que se integrem aos centros responsáveis por seu controle, as funções recentes ficam sujeitas a aparecimentos intermitentes e entregues a exercícios de si mesmas, em atividades desajustadas das circunstâncias exteriores. Isso desorganiza, conturba, as formas de conduta que já tinham atingido certa estabilidade na relação com o meio. (GUEDES 200-, p. 06)

O subsídio, por parte da sociedade e da família, a ser oferecido em amenização destes conflitos endógenos e exógenos na formação dos indivíduos é a linguagem cognitiva. A linguagem cognitiva é obtida pelo significado dado pelo sujeito às coisas que ele interpreta. Estas coisas podem ser desde pessoas, crenças até simbolismos culturais e sociais. A linguagem cognitiva oferece um estratégia para o cognócil otimizar o seu relacionamento com o mundo e consigo mesmo. Uma das formas mais eficazes de linguagem cognitiva é a afetividade. A linguagem é o produto racional do indivíduo. Embora esta concepção de linguagem cognitiva entre em desacordo com aquela proposta pela razão cartesiana⁵, onde racionalidade e afetividade põem-se diametralmente opostos.

É notável que qualquer pesquisa a cerca de um grupo de sujeitos submetidos à observação científica em função de simulações e dinâmicas sociais revela a interferência de fatores subjetivos e abstratos, como as emoções, nos seu resultado. O comportamento humano, de forma alguma, se restringe à racionalidade. Fatores emotivos como a motivação, os interesses pessoais, os desejos, as frustrações, a socialização, as manifestações afetivas, e outros, compõem a subjetividade dos indivíduos tanto quanto a racionalidade e a organização cognitiva.

Daí, a linguagem cognitiva tem de ser constituída também de afetividade e de desembaraços emocionais. Relações entre pessoas, previstas de afetividade conciliada à prudência da razão tendem a serem mais estáveis, produtivas e desenvolvimentistas humanisticamente.

Deste ponto de partida é possível amadurecer-se numa perspectiva mais aprofundada do significado de desenvolvimento humano e a sua relação no estado de interdependência homem-natureza. O homem, como já fora afirmado, se integra

⁵ Obra de Renée Descartes – O Discurso do Método. Trata da razão em detrimento com a emoção.

e se adoesce no espaço que ele ocupa e atua. E o seu desenvolvimento enquanto subjetividade determina o nível de sustentabilidade precedido de suas ações neste. “O conhecimento é adquirido através de construção e não apenas por transmissão”, explica Fino (2004).

Pela interação com o universo o homem constrói idéias, tecnologias e condutas. É da natureza humana agir no meio e observar o seu efeito, e daí, se reposicionar numa antítese e síntese dialética. Esta capacidade de evoluir com a própria ação é bem explorada pelo construtivista Carlos Nogueira Fino:

De facto, a investigação tem mostrado que as crianças, e as pessoas em geral, são geralmente activas e competentes na sua vida diária e podem beneficiar de uma variedade de interações com outras pessoas, em contextos naturais ou artificiais. (FINO 2004, p. 04)

Atualmente tanto as organizações públicas quanto as privadas, de diversos setores, têm sido mobilizadas a contribuir em suas práticas com o desenvolvimento humano das partes sociais onde estão inseridas. E sem dúvidas as instituições financeiras são as mais afetadas por este fenômeno. Podem ser tão bem favorecidas pelo desenvolvimento humano da sociedade onde estão inseridas desenvolve-se humanisticamente quanto podem ser prejudicadas pela ausência dele.

Uma sociedade que se perpetua no desenvolvimento humano oferece boa educação para a sua população, oferece manutenção da saúde e preservação da integridade coletiva dos indivíduos, evolui-se na segurança e na perspectiva durável da vida, e por último, goza de indivíduos auspiciosos que trabalham para a regulação da sustentabilidade.

Em verdade, o desenvolvimento humano é o fator que mais pode contribuir com a sustentabilidade, e vice-versa. Assim como a sua ausência dificulta toda a prática sustentável na sociedade. Isto ocorre, pois, o desenvolvimento humano dá aos homens a oportunidade de compreender e distinguir os diversos papéis sociais. Dá clareza e repertório para que os indivíduos vejam em seus próprios atos a possibilidade e o alcance do construtivismo humano.

4 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: MEIO DE ATUAR COM SUSTENTABILIDADE E NÃO COMO OBRIGAÇÃO SOCIAL

A presença de instituições financeiras, dentro de uma economia, proporciona o dinamismo e o fluxo de valores para bens e serviços e contribuem com o surgimento de novos negócios, novas tecnologias e centros urbanos com tendências à equidade entre as classes.

Desde o surgimento das primeiras Casas de Moedas estas detiveram a função de transferir valores das mercadorias comercializadas; além de estimular a criação de moeda propriamente dita – moeda escriturária.⁶ Nos dias atuais as então casas de moedas, agora chamadas “bancos” compreendem funções mais complexas em contribuição ao desenvolvimento social.

Com a definição bem avançada do termo sustentabilidade, essas entidades encontraram na citada modalidade, uma forma de se estabelecerem com participantes da regulação econômica e aquecimento econômico de determinada comunidade. Além de se beneficiarem com a promoção institucional ocasionada por políticas de sustentabilidade com ênfase em Responsabilidade Social Corporativa.

Tendo a visão capitalista, as instituições do setor financeiro privado se desdobram em desenvolver estratégias onde as suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, quando divulgadas pelos veículos de comunicação em massa, tornam-se alavancadores operacionais que maximizam lucros devido à publicidade institucional em favor delas.

Tanto os bancos comerciais do setor público quanto os privados promovem e desenvolvem programas de desenvolvimento social e econômico. Contribuem para a educação e capacitação profissional; e apóiam o empreendedorismo daqueles cidadãos que necessitam de investimentos para iniciar, continuar e ampliar suas atividades – idealizadas e planejadas, assim suprindo a necessidade de acumular bens. Com esse subsídio oferecido por estas instituições, a população passa a ter conhecimento do valor dos seus bens, e passa a utilizá-los

⁶ Também conhecida como moeda bancária, consiste nos depósitos à vista, existentes nos bancos ou instituições creditícias. Para ser movimentada utilizam-se recursos como cheques, cartões de débito e saques.

de maneira sustentável. Ressalta-se que os recursos investidos pelos bancos são recursos oriundos da própria população. Tais medidas, além de contribuir para população, são vantajosas para fidelização e surgimento de novos clientes e novos negócios. Reorientam as iniciativas empresariais.

A atividade sustentável a que compete uma instituição financeira bancária deve priorizar a assimilação de maneiras de fomentar o exercício mercadológico aliado ao incentivo pelo uso consciente dos recursos financeiros. Tal iniciativa contribui para que as famílias desenvolvam uma educação financeira. E que acarreta no seu crescimento unido ao das comunidades em que elas operam.

Quando os bancos estimulam o uso consciente dos recursos financeiros, eles podem facilitar a distribuição de crédito entre as classes sociais. A obtenção crédito por parte das repartições sociais (empresas, famílias, entidades, etc.) maximiza o consumo de bens e serviços básicos. Isso dá aos bancos a oportunidade de desenvolverem instrumentos financeiros que equilibram o comportamento financeiro entre as pessoas (físicas e jurídicas).

A obrigação social de uma organização, empresarial ou não, é o máximo de benefícios que ela pode oferecer (ou se espera que ela ofereça) para a sociedade; e sua responsabilidade social vai além do máximo que ela pode oferecer. A busca por maior lucratividade nos negócios de uma empresa faz com aquilo que deveria ser contribuição, na forma de responsabilidade social, se torne modelo de *marketing* corporativo a ser praticado no mercado.

Com a conscientização a respeito da responsabilidade social corporativa, na sociedade moderna, os investimentos, neste campo, vêm resultando em impactos positivos para o balanço social das organizações. E como efeito, os seus ganhos em reafirmação da **imagem corporativa** vão além da confiança que o cliente espera ter nessas organizações. Esta reafirmação da identidade institucional desdobra-se em legitimação da marca, e esta por sua vez, incentiva a fidelização de clientes. As marcas podem ganhar ênfase exponencial, por meio da reafirmação da identidade institucional de uma corporação.

A responsabilidade social corporativa impõe um conceito de como as instituições, financeiras ou não, transmitem a idéia de divulgar seus produtos e

serviços, da maneira mais adequada possível, seguindo a idéia de que tanto as pessoas individualmente quanto a comunidade utilizam desses serviços oferecidos de tal maneira que eles sejam os maiores beneficiados, portanto essa responsabilidade social consiste na instituição oferecer mais do que sua obrigação social, transmitir para a sociedade em geral que ela utiliza todos os recursos corretamente sem prejuízo ao meio em que se vive. As instituições financeiras de fomento ou as bancárias podem contribuir com esta proposta de desenvolvimento por meio de suas políticas e serviços públicos.

5 – MEDIDAS DESENVOLVIDAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS PELA SUSTENTABILIDADE DOS TOMADORES DE RECURSOS FINANCEIROS

As medidas desenvolvidas pelas instituições financeiras bancárias pela sustentabilidade de seus clientes, tomadores de crédito, baseiam-se em linhas de financiamento e custeio para atividades que são respeitadas como sustentáveis – ou que colaboram com o desenvolvimento sustentável da sociedade. Foram desenvolvidos fundos creditícios para o sustento de atividades de segurança pública, fundos de educação para graduação e pós-graduação, fundos de crédito para a habitação e para a manutenção do capital de giro de pequenas e médias empresas, entre uma diversidade de outras linhas.

Pela conjuntura da competitividade entre empresas de vários ramos a busca na melhoria em atendimento de seus clientes, faz com que os bancos comerciais, desenvolvam meios de proporcionar um atendimento capaz de satisfazer desejos almejados e criar um relacionamento duradouro com seus clientes, e ainda, com o viés de redução de custos operacionais.

Uma ferramenta bastante sustentável desenvolvida e aplicada nas instituições financeiras bancárias é o banco virtual. O banco virtual, entre várias vantagens, apresenta um benefício da presteza e do atendimento imediato, poupando dos clientes o tempo e o esforço do deslocamento, além de, evitar a exposição destes ao perigo de assaltos e acidentes contingenciais.

Apesar de crises nos mercados financeiros o setor bancário tem se desenvolvido, de forma progressiva, no atendimento, atraindo cada vez mais clientes de várias originalidades e oferecendo-lhes créditos de acordo com suas indigências. As criações de linhas de créditos pelas instituições bancárias e facilidades as quais são obtidas criam a demanda por crédito, e logo, por bens em geral.

O produto do banco é o dinheiro ou o crédito, bem juridicamente consumível, sendo, portanto, fornecedor; e consumidor, o creditado. O banco presta serviços de massa, organizando-se para que suas relações jurídicas com os clientes ocorram de modo uniforme e simples, indeterminadamente. Utilizando-se de formulários com cláusulas gerais e da materialização de títulos e condições de contrato, alcançam os objetivos que lhe impõe a necessidade de realizar operações em massa. E dentro de um sigilo bancário. (OLIVEIRA 2002, p. 21)

Como agentes econômicos os bancos comerciais têm dentre suas principais atribuições fatores que compreendem a sua existência. São responsáveis pela intermediação financeira, entre agentes superavitários – cedem recursos para o intermediário financeiro – e os agentes deficitários – tomam tais recursos emprestados do intermediário financeiro. A intermediação é um processo que além de garantir maior agilidade e rapidez permite que agentes poupadores e agentes tomadores se encontrem em um cenário organizado que iram lhe proporcionar redução de riscos e uma definição objetiva e clara do preço do dinheiro.

Os bancos são verdadeiros ‘*supermercados econômicos*’ onde agentes que necessitam de recursos irão adquirir suas mercadorias. A responsabilidade atribuída aos bancos é fazer com que a ‘mercadoria’ principal – o recurso financeiro – a qual foi adquirida e será entregue novamente, seja viabilizada de forma transparente, tal como uma vitrine de mercadorias – sendo aqui, os serviços bancários.

É creditada aos bancos a incumbência de promoverem negócios viabilizadores da maior rentabilidade possível e à sobrevivência do mercado financeiro. Porém, com a proposta da sustentabilidade, devem compatibilizar-se às relações com o meio ambiente, a diversidade e a sociedade. Daí, o contexto sustentabilidade é praticado desde a empresa que fornece crédito até a que oferece os produtos acabados para o consumidor final.

As instituições financeiras responsáveis por conceder créditos às pessoas jurídicas (empresas) têm propósitos de criarem soluções financeiras, que atendam às necessidades de uma diversidade de clientes, agentes, que contribuirão de forma sustentavelmente para a sociedade. Os financiamentos socioambientais – linhas de créditos designadas a projetos ambientais, sociais e educacionais – são financiamentos que conscientizam os clientes e seus usuários a manterem um costume ou até mesmo uma cultura de visualizar princípios sustentáveis.

Em setembro de 2000, 191 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles o Brasil, elaboraram a Declaração do Milênio, pacto que estabelece um compromisso compartilhado com o desenvolvimento humano sustentável: o compromisso de atingir até 2015 os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (CNM 2008, p. 14)

Os oito objetivos definidos em setembro de 2000 pela ONU (Organização das Nações Unidas) juntamente com os países membros foram:

- Erradicar a extrema pobreza e a fome da humanidade;
- Atingir o ensino básico universal;
- Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde materna;
- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- Garantir a sustentabilidade ambiental; e
- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

A fim de consolidar a sustentabilidade, as instituições financeiras ampliam e investem em meios que garantirão uma parcela do compromisso com o cumprimento das metas acima traçadas. Como exemplo de linhas de créditos que promovem o desenvolvimento humano sem prejudicar o meio ambiente e garantir a estabilidade dos indivíduos, são exercidas de forma efetiva nos fundos para aquisição de máquinas e/ou equipamentos e infra-estrutura (construção civil ou reforma).

Para essas promoções, as instituições financiam projetos que tragam ganhos financeiros, ambientais e sociais às comunidades; como projetos

sustentáveis podem citar-se: adaptações de instalações físicas para pessoas com deficiência, renovação de frotas com menor consumo de combustível, substituições de equipamentos movidos a óleo por equipamentos a gás ou por outra fonte de energia sustentável, obtenção de painéis solares ou captadores de água de chuva, dentre outros.

Dentre as mais diversas linhas de crédito praticadas pelas instituições financeiras no mercado brasileiro, que atendem os setores da economia, e criam elos sustentáveis de grande importância, a de se referenciar como modelo, é o microcrédito.

O crédito imobiliário é uma modalidade de empréstimo feita sob medida para atender as necessidades de obtenção de dinheiro de quem quer comprar um imóvel, novo ou usado, seja ele para fins comerciais ou residenciais. (BIZ 2010, p. 22)

Para aplicar o conceito do crédito sustentável é indispensável citar sobre o crédito pessoal, destinado a aquisição de bens de consumo ou para outras finalidades, como a compra de imobiliário, viagens, férias, gastos com saúde, entre outros. São cedidos pelas instituições financeiras, a fim de proporcionar aos clientes, crédito imediato. Porém as facilidades encadeiam taxas de juros mais altas, o crédito pessoal tem maior presença no mercado a partir dos empréstimos consignados – empréstimos descontados em folhas de pagamentos.

É o financiamento concedido por uma Financeira para a aquisição de bens e serviços por seus clientes. Sua maior utilização é normalmente para a aquisição de veículos e eletrodomésticos. O bem assim adquirido, sempre que possível, serve como garantia da operação, ficando a ela vinculado pela figura jurídica da alienação fiduciária pela qual o cliente transfere à financeira a propriedade do bem adquirido com o dinheiro emprestado, até o pagamento total de sua dívida. (CREDITO 2010, p. 03)

Os serviços bancários que compreendem o fomento das atividades sustentáveis seguem nas mais diversas linhas de atuação, desde os seguros de vida e previdência pessoal, até os planos de desconto estendidos (alimentação, medicamentos, e etc.). Na ilustração, acima, do Unibanco nota-se alguns fundos sustentáveis aplicados ao Seguro da Mulher, Viagens e educação.

Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número III Jan-jun 2011	Trabalho 08 Páginas 123-172
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia	periodicoscesg@gmail.com	

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começa-se por definir a sustentabilidade como aquela modalidade das atividades humanas que se responsabiliza pelo emprego de ações preventivas e reguladoras durante a obtenção de recursos que fomentam a existência humana. A sustentabilidade é uma filosofia bastante divulgada e exercida na atualidade. No atual avanço da globalização onde a competitividade é o foco principal que orienta todas as atividades econômicas presentes, as conseqüências das práticas de obtenção de recursos e processamentos têm sido absolutamente ignoradas.

Deste modo, a sustentabilidade é uma abordagem complexa dos fatos gerados pela ação humana. E mais ainda, atribui ao homem o contexto macroambiental ocupado por ele. Vista pelos três pilares primordiais sustentáveis, ambiental, social e econômico, a sustentabilidade busca a preservação dos recursos demandados pela sociedade com o intuito de preservar todo recurso utilizável, renovável ou esgotável. A sustentabilidade também pode ser considerada como uma noção que busca o aprimoramento constante da conscientização sobre a utilização dos recursos a fim de mudar a visão social sobre os modos até então utilizados.

O desenvolvimento sustentável de uma sociedade tem bases, que fazem com que esta cresça e se desenvolva, sendo as principais – a educação, o meio ambiente, as tecnologias, as políticas públicas e o desenvolvimento humano. A sustentabilidade, além dos pilares primordiais, se entrelaça em paradigmas que a sociedade não está disposta a vivenciar no contexto atual. Nota-se que o ser humano é o principal causador de danos ambientais, econômicos e sociais. Porque sua busca por resultados econômicos tem sido indiscriminada e sem consciência de qualquer questão sobre a preservação do ambiente, não medindo as conseqüências que suas incursões na natureza para a obtenção destes resultados ocasionam.

Por outro lado, muitos empreendimentos, especialmente, os dos setores financeiros, tal como, as instituições bancárias têm desempenhado alguns esforços para a legitimação das práticas sustentáveis de exploração empresarial. Estes esforços, além de consolidar a noção da sustentabilidade, também se desdobram em reflexos comportamentais, mais a frente, cristalizados em cultura social e normas

de condutas. As aspirações da sustentabilidade implicam na reorientação da humanidade em seu papel no mundo – mais do que a sua carga evolucionária, lhe é atribuída a responsabilidade pelo usufruto dos recursos que lhe são concedidos, e a sua durabilidade no tempo.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRADORES. *Oportunidades No Mercado Brasileiro de Baixa Renda*. [s.l.]: [s.n.], [200-]. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 03 de Novembro de 2010.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Dano Ambiental: Uma Abordagem Conceitual*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARISTÓTELES. *Política: Texto Integral*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

BANCO DO BRASIL. *Sustentabilidade*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2010.

BANCO DO NORDESTE. *Produtos e Serviços do Banco do Nordeste*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.bancodonordeste.com.br>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2010.

BANCO HSBC. *Vantagens*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.hsbc.com.br>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2010.

BANCO ITAÚ. *Educação Financeira*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.itau.com.br>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2010.

BANCO SANTANDER. *Sustentabilidade*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.santander.com.br>>. Acesso em: 09 de Outubro de 2010.

BANRISUL. *Eventos de Educação e Cultura do Banrisul*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.banrisul.com.br>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2010.

BCB – Banco Central do Brasil. *Diagnósticos do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil – Adendo Estatístico 2009. Versão Preliminar*. Brasília: BCB, 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 16 de Setembro de 2010.

BCB – Banco Central do Brasil. *Moeda Bancária*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/HISTCHEQUE>>. Acesso em: 08 de Novembro de 2010.

BENJAMIN, Antônio Herman. *O Princípio Poluidor-pagador e a Reprodução do Dano Ambiental*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BIZ. *Crédito Imobiliário*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.creditoimobiliario.biz>> Acesso em: 04 de Novembro de 2010.

BRADERSCO. *Sustentabilidade*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.braderesco.com.br>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2010.

BRASIL, *Constituição Federal*. Artigo 37, VII da CF. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1997.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Controle de Qualidade Total*. São Paulo: Marco, [200-]. Disponível em: <<http://www.marco.eng.br>> Acesso em: 03 de Novembro de 2010.

CARVALHO FABRICIO, Nívea Maria de, *et al. Singularidade na Inclusão: Estratégias e Resultados*. São José dos Campos: Pulso, 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2002.

CEF. *Caixa Econômica Federal: Bolsa Família*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponibilizado em <<http://www.cef.gov.br>>. Acesso em: 12 de Outubro de 2010.

COELHO, Luiza. *Ecoesfera Empreendimentos Sustentáveis*. São Paulo: F.Biz, 2010. Disponível em: <<http://www.ecoesfera.com.br>>. Acesso em: 04 de Novembro de 2010.

COMOFIN. *Planeta Orgânico*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/comofin.htm>> Acesso em: 04 de Novembro de 2010.

DA COSTA, Wanderley Messias. *O Estado E As Políticas Territoriais No Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DA SILVA, Sérgio Eduardo Dias. *Gerência Financeira: A Empresa e Seu Relacionamento com os Bancos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

DIEBOLD. *Reciclagem dos Terminais ATM*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.diebold.com.br/ReciclagemDeATMs.aspx>> Acesso em: 16 de Outubro de 2010.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *O Novo Papel da Administração*. Coleção Harvard de Administração. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

FEDER, João. *Estado Sem Poder*. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FERNANDES, Antônio Alberto Grossi. *O Brasil e o Sistema Financeiro Nacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

FINO, Carlos Nogueira. *Convergência Entre A Teoria de Vygotsky E O Construtivismo/Construcionismo*. [s.l.]: Universidade da Madeira, 2004.

FRIEDEN, Jeffry A. *Capitalismo Global: História Econômica e Política do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1997.

GOOGLEIMAGENS. *Operadores de Terminal ATM*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 14 de Outubro de 2010.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* *Manual de Economia: Equipe de Professores da USP*. Ed. 3. São Paulo: Saraiva, 1998.

GUEDES, Adrienne Ogêda. *A Psicogênese da Pessoa Completa de Henri Wallon: Desenvolvimento da Comunicação Humana nos seus Primórdios*. Rio de Janeiro: UFF, [200-].

HERMANSON, Boris. *Sustentabilidade, esse conceito veio pra ficar*. São Paulo: Sebrae, 2008. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2004*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2010.

LUZ, Egberto Maia. *Organização Política: seus fundamentos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MERCANTIL do Brasil. *Disponibilidade de Linhas de Crédito do Banco Mercantil do Brasil*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.mercantildobrasil.com.br>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2010.

MILL, John Stuart. *Princípios De Economia Política: Com Algumas De Suas Aplicações à Filosofia Social*. Edição Atualizada, Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Educação Ambiental: Ação E Conscientização Para Um Mundo Melhor*. Coleção Lições de Minas – Volume XVII. Editado pela Secretaria de Estado da Educação, 2002.

MOREIRA, Paulo Roberto. *Psicologia da Educação: Interação e Identidade*. 2ª Edição. São Paulo: FTD, 1996.

OLIC, Nelson Bacic. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1992.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *Tratado de Direito Bancário: Teoria Geral dos Contratos*. Campinas: LZN Editora, 2002.

PAPALIA, D.; OLDS, S. apud DA MOTA, Márcia Elia. *Psicologia do Desenvolvimento: Uma Perspectiva Histórica*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

PLAYER, Steve; LACERDA, Roberto. *Lições Mundiais da Arthur Andersen em ABM Activity-Based Management*. Estudos de Casos. São Paulo: Futura, 2000.

POPCORN, Faith. *O Relatório Popcorn*. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

SÍNTESE Eventos. *Inclusão Financeira Crédito e Desenvolvimento*. [s.l.]: [s.n.], 2010. <<http://www.sinteseeventos.com.br>> Acesso em: 04 de Novembro de 2010.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado: Novos Paradigmas em Face da Globalização*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1992.

TECBAN. *Sustentabilidade*. [s.l.]: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.tecban.com.br>>. Acesso em: 14 de Outubro de 2010.

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. *Introdução à Economia*. Ed. 4. São Paulo: Frase, 2000.

WHITTINGTON, Richard. *O Que É Estratégia*. São Paulo: Thompson. 2002.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. *Economia*. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.